

PARA ALÉM DA SOBERANIA DO SUJEITO CENTRADO: QUEM TEM O PODER DE DECIDIR NA ESCOLA?

Felipe Bastos Gonçalves (NIPIAC/UFRJ)

Isa Kaplan Vireira (NIPIAC/UFRJ)

Lucia Rabello de Castro (NIPIAC/UFRJ)

O objetivo do presente trabalho é discutir como jovens compreendem os processos decisórios na escola hoje, e como justificam sua participação, ou não participação, nesses processos. O que os jovens entendem por “decidir”? Quem pode decidir na escola, e por que? Há algum atributo necessário para participar dos processos decisórios na escola? A fundamentação teórica desta pesquisa põe em relevo a reflexão sobre o indivíduo contemporâneo, marcada por inflexões e tensionamentos, que se reflete, dentre outros aspectos, em uma crise da ideia da autoridade fundada na Razão. O projeto moderno do Esclarecimento, ao desenraizar o homem de seus laços da tradição, estabeleceu a racionalidade como fundamento para o agir no mundo. A noção de decisão na perspectiva moderna pressupõe o julgamento livre de um indivíduo autônomo, dotado de racionalidade e capacidade de abstrair de interesses e sentimentos, julgando de acordo com os critérios universais da Razão. Nesse sentido caberia ao adulto, supostamente dotado da autonomia necessária ao julgamento livre – que nos discursos que permeiam a escola, parece se traduzir por uma certa ideia de “maturidade” – ocupar o lugar das instâncias decisórias nas diferentes esferas. Ao jovem caberia o papel do “ainda não autônomo”, de alguém que, no futuro, após um processo desejado e previsível – no qual a escolarização teria um papel essencial – terá os atributos para participar das decisões coletivas. A crise contemporânea da ideia de autonomia, no entanto, cria novas possibilidades de se pensar os processos de decisão e as competências pressupostas para ocupar as instâncias decisórias nas diversas esferas da sociedade, dentre elas a escola. Uma vez que o lugar da decisão nesses espaços não está garantido por uma Razão universal e abstrata, faz-se necessário pensar um novo fundamento para a decisão, que possa incluir uma pluralidade maior de posições, como a da criança e do jovem. Analisamos aqui uma oficina, no formato de rodas de discussão, realizada com um grupo de cerca de quinze jovens estudantes do 1º ano de uma escola pública localizada em uma comunidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011. Nas discussões, os jovens parecem elaborar uma compreensão da importância da construção coletiva das decisões escolares; estas não poderiam estar submetidas a vontades e interesses individuais, quer sejam dos jovens, quer dos adultos. Manifestam também uma tensão constante entre o que consideram uma incapacidade de participar, fruto de sua própria “imaturidade”, e a percepção de uma autoridade infundada e excessiva dos adultos com quem compartilham os espaços escolares; se os jovens admitem que sua condição de “imatuross” os impede de participar das decisões nas mesmas condições que os adultos, por outro lado eles parecem demandar uma inclusão diferencial e uma consideração de seus pontos de vistas nos processos decisórios. (Apoio: CNPq / FAPERJ)

Palavras-chave: Escola, Decisão, Participação